

Não é possível falar de democracia sem incluir os direitos reprodutivos de mulheres e homens

A defesa e a promoção dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos são responsabilidades do Estado que devem estar garantidas a partir do respeito à diversidade de crenças e à promoção de uma convivência democrática.

Este argumento foi amplamente difundido pela *Campaña por la aprobación del Proyecto de ley de Defensa de la Salud Reproductiva*, infelizmente não aprovado pelo Senado uruguaio, na votação ocorrida na semana passada, às vésperas do dia das mães, no Brasil. Se aprovado, o projeto daria resposta às demandas de milhares de mulheres – de diversos credos, inclusive – que hoje não vêem reconhecidos seus direitos sexuais e seus direitos reprodutivos. Conforme ressaltou Lilián Abranciskas, integrante da equipe de coordenação da Campanha, esses direitos não são menores, nem secundários.

O projeto tinha por objetivo ampliar a circulação de informações sobre a sexualidade e a reprodução. Visava ampliar o acesso a anticoncepcionais gratuitos ou de baixo custo, com acompanhamento médico que assumisse a responsabilidade por seus defeitos. E permitiria que fosse possível adotar uma criança e a ter acesso a técnicas de reprodução assistida independente do estado civil e da orientação sexual. Esses e outros direitos tais como o direito da pessoa a receber desde criança a nutrição necessária ao seu desenvolvimento integral, onde se inclui o seu potencial reprodutivo, ou de vivenciar uma paternidade ou maternidade voluntária e não por obrigação, também se inscrevem entre os direitos sexuais e entre os direitos reprodutivos.

Se os serviços de maternidade e de anticoncepção não são acessíveis a todas as mulheres – que são maioria na população uruguaia e também no Brasil – a democracia desses países está incompleta. Sem que as mulheres possam escolher – em condições dignas e universais - o que desejam viver em seu próprio corpo, não há democracia. A quem interessa a manutenção da mística, do mito e da glorificação da maternidade nessas condições? Certamente, que não é às mulheres.

REBRIP alerta para riscos do acordo UE-Mercosul

A Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP) divulgou, na semana passada, um texto de crítica ao processo e aos termos de negociação para um acordo Mercosul - União Européia.

A carta foi divulgada diante da proximidade da II Cúpula de Presidentes e chefes de Estado da UE e da América Latina e Caribe, que acontecerá em Guadalajara, México, entre 26 e 28 deste mês.

A intenção dos chefes de Estado é agilizar as negociações para debater os termos na II Cúpula e tentar a aprovação do acordo antes de outubro deste ano, quando mudam as autoridades negociadoras européias.

De acordo com a carta da REBRIP, os riscos da negociação estão vinculados às fragilidades políticas, econômicas e tecnológicas dos países do Mercosul. "É preocupante o fato de o Mercosul estar oferecendo em sua proposta serviços financeiros e de telecomunicações, logo após reclamação da UE, em março, sobre a ausência desses setores na negociação", diz o texto da REBRIP.

No *Encuentro Social Europa, América Latina y el Caribe*, que acontece de 25 a 29 de maio, paralelamente à II Cúpula, está previsto um evento do movimento de mulheres e debates sobre: "Violência e Militarização", "Neoliberalismos - impactos e alternativas", além de um painel sobre "Discursos, mitos e realidades nas relações UE-América Latina e Caribe".

Plenária Nacional de Mulheres Negras será aberta a observadoras/es

Estão abertas as inscrições para observador/a do Seminário Nacional de Mulheres Negras, que vai acontecer de 28 a 30 de maio, em São Paulo. As participantes do Seminário Nacional serão mulheres negras organizadas, oriundas de diversos estados brasileiros, que participaram do III Encontro Nacional de Mulheres Negras, realizado em julho de 2001, em Belo Horizonte, MG. Estão sendo reservadas 25 vagas para a participação de observadores, que devem arcar com os custos de deslocamento até o local do evento, além de hospedagem e alimentação. As/os observadoras/es só não poderão participar da plenária final, onde será eleita a Executiva do Fórum Nacional de Mulheres Negras. O prazo do envio da ficha de inscrição vai até o próximo 22 de maio. Para informações e inscrições utilizar o e-mail seminarionacionalmulheresnegras@ig.com.br.

**Estatuto da mulher:
por que repetir leis já existentes?**

Repetindo o que está assegurado como direito em outras leis e – algumas vezes – até com melhor redação, o projeto de lei nº 1399/03 que pretende criar um estatuto da mulher apresenta diversos problemas técnicos.

Segundo Guacira César de Oliveira (CFEMEA/AMB), além de trazer questões já tratadas em várias leis, o projeto visa assegurar direitos que - se ainda não estão garantidos na legislação – não é por falta proposições de parlamentares, mas de um acordo político que permita sua aprovação.

O projeto propõe incorretamente o uso do instrumento estatuto, em geral aplicado nos casos que focam setores mais específicos da sociedade (como criança, idosos/os) - as mulheres representam atualmente mais da metade da população.

O texto do projeto também não poderia criar um estatuto “da mulher” porque não pretende assegurar direitos para todas, mas apenas para a mulher que seja “chefe de família, mãe solteira, cabeça-de-casal, soro positivo, portadoras de necessidades especiais, ex-presidiária e aquelas que comprovem incapacidade de manter seu próprio sustento, quer seja, por estar desempregada ou por motivo de doenças”.

Além Comissão que trata do estatuto da mulher, que é presidida pela deputada Sandra Rosado (PMDB/RN) e tem como relatora a deputada Edna Macedo (PTB/SP), existem atualmente na Câmara de Deputadas/os mais duas comissões que focam direitos da mulher: a Comissão Especial 2004-Ano da Mulher, presidida pela dep. Jandira Feghali (PCdoB), sendo relatora a dep. Rose de Freitas (PMDB); e a comissão externa que discute a pobreza entre as mulheres, no Brasil, cuja relatora é a dep. Luci Choinacki.

II Caminhada de Mulheres Lésbicas

Será realizada dia 12 de junho, em São Paulo, a II Caminhada de Mulheres Lésbicas e Simpatizantes. No dia 11, antecedendo este ato público, acontece um painel com o tema: “Discutindo as vulnerabilidades – lésbicas mães, lésbicas negras e lésbicas de terceira idade”.

Para mais informações, acesse o site www.grupoumaseoutras.com.br ou escreva para: ivy_azevedo@grupoumaseoutras.com.br. A organização da II Caminhada está a cargo do Grupo Umás & Outras, em parceria com o Movimento Lésbico de Campinas - Mo.Le.Ca.

Racismo na mídia

O SOS Racismo/PE (Djumbay) apresentou denúncia contra a apresentadora Xuxa, da TV Globo, por crime de racismo. De acordo com a representação encaminhada ao Ministério Público do Rio de Janeiro, o programa “Xuxa no Reino da Imaginação” do dia 28/01/04 apresentou um reino de macacas/os, representadas/os por pessoas pintadas de preto. Ao serem transformadas, por quebra de encanto, todas/os se tornaram mulheres e homens brancas/os.

Além do MP/RJ, a representação seguiu para o Conselho Nacional de Combate à Discriminação Racial e para a Procuradoria Federal do Cidadão/ã. A AMB é uma das organizações que assina a representação.

Igualdade Racial

A Comissão de Direitos Humanos da ONU aceitou na sua recente reunião, (março/abril deste ano), proposição apresentada por Edna Roland para a formulação de um índice de igualdade racial. A proposta foi encaminhada entre os itens do Relatório do Grupo de Especialistas Eminentes, que foram nomeados pela ONU para monitorar a implementação do Programa de Ação da Conferência de Durban.

Segundo Edna Roland, uma das experts do Grupo, o desenvolvimento do índice permitirá avaliar a desigualdade racial entre os países, a partir da produção de dados para a sua formulação em cada país. Assim como já acontece com o Índice de Desenvolvimento Humano, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o índice de desigualdade racial também poderá, no futuro, permitir uma análise de gênero, indicando o impacto das desigualdades sociais sobre as mulheres negras.

CONtextos – Anexamos nesta edição a ficha para inscrição de observadoras/es na Plenária Nacional de Mulheres Negras e a carta da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP), alertando para os riscos de um acordo de associação inter-regional entre Mercosul e União Européia.